



Catira Digital: um relato de experiência sobre as danças populares nas aulas de Educação Física em formato remoto

***Gabriel Garcia Borges Cardoso¹ (Residente Bolsista RP), Gustavo Alves de Matos¹ (Residente Bolsista RP), Eliene Nunes Macedo¹ (Docente Orientadora RP).**

E-mail: gabrielgarcia.cardoso@gmail.com

¹ Universidade Estadual de Goiás, Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFFEGO)

Resumo: Este relato de experiência apresenta a vivência de acadêmicos de Licenciatura em Educação Física, durante o Programa de Residência Pedagógica, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado entre o período de outubro de 2020 e setembro de 2021. O texto apresenta as principais discussões realizadas durante o Programa, bem como o planejamento e os resultados de quatro intervenções em formato remoto, realizadas em três turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, de uma escola da Rede Municipal de Senador Canedo. Seguindo os documentos norteadores da prática pedagógica da escola-campo, as intervenções planejadas tiveram como objetivo trabalhar conceitos relacionados às Danças Populares, mais especificamente à Catira. Após as intervenções, constatamos um baixo número de alunos que participam das aulas de Educação Física em formato remoto. Nota-se, portanto, que esse formato de ensino que privilegia apenas aqueles que possuem acesso à internet e às tecnologias, não cumpre com o real papel da educação pública: ser o local de ensino democrático.

Palavras-chave: Educação Física. Ensino Remoto. Danças Populares. Catira. Residência Pedagógica.

Introdução

O Programa de Residência Pedagógica (RP) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e possui como objetivo possibilitar a imersão do graduando na escola de educação básica, induzindo o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura. Segundo o próprio programa, em um





texto disponibilizado no site da CAPES¹, a RP também objetiva promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Por ser vinculado ao curso de Licenciatura em Educação Física UEG/ESEFFEGO, o Núcleo de Educação Física ESEFFEGO apresenta como base norteadora do processo de ensino-aprendizagem, a formação dos alunos-estagiários de forma crítica, reflexiva e investigativa. Desta forma, durante os Módulos I e II, foram realizadas, de forma conjunta, pesquisas, discussões e planejamentos a respeito dos temas envolvidos, direta e indiretamente, com a prática pedagógica.

Conforme o edital n. 01/2020 da Capes, o Programa de Residência Pedagógica tem vigência de 18 meses, sendo dividido em três módulos de 138 horas cada. Na UEG a RP está em vigor, e de forma contínua, desde outubro de 2020. Em setembro de 2021 finalizou-se o segundo módulo e o terceiro módulo está em andamento, com previsão de término em março de 2022. Ao longo deste relato serão apresentadas as experiências vividas durante a primeira metade do segundo módulo do Núcleo de Educação Física ESEFFEGO, durante os meses de abril e junho de 2021, assim como, os momentos de planejamento e regência (em formato remoto) na escola-campo, localizada no município de Senador Canedo (GO), em três turmas do 1º ano do Ensino Fundamental (EF).

Desta forma, durante esse breve relato, buscaremos apresentar elementos que foram importantes para o planejamento das intervenções, tais como: a realidade do ensino remoto nesse período pandêmico; breve análise dos documentos que norteiam a prática pedagógica dos professores da escola-campo; e as concepções de escola e ensino que fundamentaram a escolha da abordagem pedagógica para a realização das intervenções. Posteriormente, apresentaremos o processo de planejamento das aulas e os resultados obtidos.

Resultados e Discussão

¹ Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 16 mar. 2021.





Desde março de 2020 o Brasil sofre as consequências de um mal gerenciamento, sobre tudo na saúde, a respeito da pandemia do (não tão novo) coronavírus. Quase dois anos após o início da pandemia, o Brasil registra mais de 600 mil mortes causadas pelo COVID-19. Em Goiás, região que desde o início da pandemia encontra-se em estado crítico de contaminações, já são mais de 20 mil óbitos.

De acordo com pesquisas realizadas no ano de 2020, 26% dos alunos da rede pública que estão tendo aulas *on-line* não possuem acesso à *internet* (AGÊNCIA SENADO, 2020 *apud* SAVIANI; GALVÃO, 2021). Além disso, mais de 4,5 milhões de brasileiros não possuem acesso à *internet* banda larga e mais de 50% dos domicílios, localizados em áreas rurais, não possuem acesso à *internet* (ANDES-SN, 2020 *apud* SAVIANI; GALVÃO, 2021).

Assim como outras escolas da rede pública de ensino do estado de Goiás, a escola-campo de estágio continuou com suas aulas em formato remoto. Seguindo orientações da Secretariaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Senador Canedo/GO), a escola-campo optou por trabalhar com a plataforma *Google Classroom*, onde cada turma possui uma sala virtual, na qual os professores fazem as postagens das atividades, e os alunos acessam, baixam os arquivos, e postam imagens, vídeos e áudios, referentes às tarefas propostas, comprovando, assim, sua participação.

De acordo com seu Projeto Político e Pedagógico (PPP), o planejamento pedagógico da escola-campo é feito com base em dois documentos fundamentais: a “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC) e o “Documento Curricular para Goiás – Ampliado” (DC-GO).

O DC-GO é fruto de uma ação coletiva em torno da implementação da BNCC no estado de Goiás. Este documento, elaborado a partir da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, possui como objetivo explicitar as aprendizagens essenciais que todas as crianças e estudantes têm o direito de se apropriarem ao longo da Educação Básica (GOIÁS, 2019). Em outras palavras, o DC-GO tem como propósito contextualizar a BNCC a partir da realidade local, observando seus aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais.





Segundo Barbosa; Silveira; Soares (2019), ao realizar uma análise detalhada da BNCC, é possível verificar mudanças estruturais e de conteúdo na definição dos direitos a serem garantidos a todas as crianças, adolescentes e jovens. Para os autores, é possível observar um esvaziamento quanto à formulação de direitos constitucionais, sendo retirados/omitidos pressupostos importantes nas versões finais no documento. Tais apontamentos reafirmam o pressuposto de uma visão empresarial, assumindo como eixo a noção de competência. Segundo Saviani (2021, p. 437), a Pedagogia da Competência, “apresenta-se como outra face da ‘pedagogia do aprender a aprender’”. Ambas, segundo o autor, possuem como objetivo dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que permitam que os mesmos se ajustem às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas.

Seguindo a Proposta de Educação Física, disponível no documento “Currículo Norteador das Práticas Educacionais do Município de Senador Canedo”, e a partir de uma recomendação do professor preceptor da escola-campo, a Unidade Temática trabalhada com as turmas de 1º ano do Ensino Fundamental, durante a primeira metade do Módulo II, foi as Danças Populares.

Tentando nos aproximar dos fundamentos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica, entendemos que tanto o planejamento, quanto a realização das intervenções, estão relacionadas, de forma direta, com concepções de mundo, de ser-humano, do papel do professor e da função da escola. Dessa forma, compreendemos que o trabalho educativo “é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p.13).

Desta forma, um dos objetivos do professor é o de proporcionar o desenvolvimento potencial do aluno e aprendizagem dos conhecimentos produzidos pela humanidade, realizando a sistematização e transformação do conteúdo - as Danças Populares, nesse caso - em saber escolar acessível aos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental (CARDOSO *et al.*, 2020). Para além, entendemos que seria necessário, ainda, realizar a sistematização desse conteúdo para a realidade do ensino remoto.





De acordo com a BNCC, a unidade temática Danças “[...] explora o conjunto das práticas corporais caracterizadas por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes também integradas a coreografias” (BRASIL, 2017, p. 218).

Enquanto professores, entendemos que a dança é uma expressão representativa de diversos aspectos da vida do ser-humano podendo ser considerada uma linguagem social que possibilita a transmissão de sentimentos, emoções da afetividade vivida nas esferas da religiosidade, do trabalho, dos costumes, etc (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.81).

Para Ehrenberg; Fernandes; Bratfische (2014), a dança, enquanto um patrimônio histórico-cultural da humanidade, poderia estar mais presente, de forma criativa e contextualizada, nas aulas de educação física escolar. As autoras ressaltam que o trato com esse conteúdo não deve estar focado no domínio técnico, mas no estudo e na vivência do gesto, na leitura e interpretação de significados.

De acordo com Oliveira (2011), uma das principais pertinências em trazer discussões relacionadas à cultura e as danças populares para o âmbito da educação, está no fato das escolas, em sua maioria, tratarem essa questão muito semelhante à forma que o Estado tratou ao longo dos anos: a arte, a dança e a cultura popular vinculadas e apresentadas apenas no dia do folclore. Essa forma isolada de tratar esses elementos, para o autor, favorece com que esse diálogo fique distante do cotidiano dos alunos. A apresentação e a vivência no sentido técnico, ou seja, apenas a repetição de uma dança típica, como acontece nas quadrilhas durante as festas juninas organizadas no interior da escola, não permite a apresentação do real sentido dessas festas.

Por serem parte presente na cultura de cada sociedade, a dança é posta por Franco e Ferreira (2016) como sendo um fenômeno que acompanha o ser humano desde o seu surgimento, assumindo o papel demarcador das mudanças ocorridas ao longo da história. Os autores colocam que o movimento corporal, antes da fala, era a forma de manifestação do ser humano, diante do mundo, e que, como toda arte, a dança é fruto da necessidade de expressão. Neste sentido, a Catira, por ser uma dança presente na sociedade durante várias gerações, está inserida no contexto da





cultura popular brasileira, geralmente associada ao mundo rural. Essa dança, de origem incerta, é caracterizada por ter coreografias pautadas em sapateados e palmas, que são acompanhados por cantoria e viola.

A partir dos pressupostos e concepções apresentadas no decorrer deste texto, apresentamos o processo de trabalho pedagógico envolvendo planejamento, intervenção e avaliação durante as quatro intervenções realizadas sobre Danças Populares.

Atendendo as demandas da escola-campo, as atividades/aulas foram planejadas e elaboradas em conjunto, entre dois residentes do Núcleo de Educação Física. As três turmas de 1º ano da escola-campo (turmas C, D e E) tiveram acesso as mesmas atividades/aulas. O residente G1 passou a acompanhar as turmas C e E, enquanto o residente G2 acompanhava a turma D. Foram planejadas 4 atividades/aulas que, semanalmente, foram postadas de forma individual e em sequência, às quintas-feiras, pontualmente às 13h, na plataforma *Google Classroom*. A partir de então, as crianças tinham acesso às atividades, podendo realizá-las durante toda a semana.

Essas atividades/aulas foram sistematizadas com o objetivo de apresentar conceitos gerais sobre as Danças Populares, principais manifestações populares da região, e a vivência da Catira, da seguinte maneira: a Aula 01 teve como objetivo apresentar às crianças o conceito de “Popular” e “Típico”, fazendo relação com imagens de algumas manifestações populares (Cavalcadas de Pirenópolis/GO, Romaria dos Carros de Boi de Trindade/GO, Procissão do Fogaréu de Goiás/GO, Congada, Catira, Quadrilha Junina); na Aula 02, apresentamos uma breve historicização das danças típicas da região, a partir de imagens, vídeos e pequenos textos (Congada, Quadrilha Junina e Catira); na Aula 03 objetivamos possibilitar a vivência da Catira, de forma remota, motivando que o(a) aluno(a) dançasse sozinho(a) ou interagindo com seus familiares; na Aula 04 tivemos o objetivo de relembrar os conteúdos e os conceitos trabalhados durante as intervenções.

Para que fosse possível realizar a vivência da Catira a partir do ensino remoto (Aula 03), os residentes elaboraram um vídeo² em que, além de apresentarem de

² Vídeo disponível em: <https://youtu.be/1HCk23qYd2I>





forma oral e visual algumas características da catira - como os principais elementos da vestimenta durante a manifestação, e o instrumento musical utilizado durante a dança (Viola Caipira) -, ensinaram os elementos básicos da dança: a batida das palmas das mãos, acompanhando a música produzida pela Viola.

A avaliação, seguindo as orientações da escola-campo, foi realizada a partir da devolução das atividades realizadas pelos alunos. Essa devolução acontecia na mesma plataforma que as crianças tinham acesso às aulas. Por serem crianças pequenas, precisavam da ajuda de seus pais e familiares para realizarem tanto o *download* das atividades, quanto para anexarem os arquivos de resposta. Em todas as aulas, propusemos como atividades o diálogo com os adultos que estavam auxiliando as crianças durante as tarefas, o registro do conteúdo trabalhado em forma de desenhos, além de solicitarmos, quando possível, que as crianças fossem fotografadas e/ou filmadas, realizando as atividades propostas. Consideramos como participação efetiva, aquelas crianças que fizeram as postagens relacionadas ao tema central da aula.

Especialmente na Aula 03, solicitamos que as crianças, com a ajuda de seus familiares e adultos, gravassem vídeos dançando a Catira, seguindo as orientações passadas no vídeo elaborado pelos residentes. Recebemos como devolutiva um total de cinco vídeos que, ao final das intervenções, foram editados e agrupados em um único vídeo onde, com auxílio da tecnologia, foi possível criarmos uma apresentação de “Catira Digital”, com a participação dos residentes e dos alunos das turmas de 1º ano da escola-campo³.

Como o Programa acontece de forma contínua e ininterrupta, foi possível compararmos os resultados e as experiências vividas entre os dois módulos, uma vez que as turmas de intervenção foram as mesmas. Assim, durante as intervenções realizadas no Módulo I, percebemos que dos 18 alunos da turma C do 1º ano do EF, devidamente incluídos na plataforma, apenas sete participaram de pelo menos uma aula de Educação Física. Destes sete, apenas dois alunos participaram de todas as intervenções propostas.

³ Vídeo disponível em: <https://youtu.be/mQ5cN8IE1wY>





Na primeira metade do Módulo II o resultado não foi diferente. Analisando os números das três turmas de 1º ano, percebemos que o baixo percentual de respostas não é uma realidade isolada. A turma C, com seus 18 alunos incluídos na plataforma, teve participação efetiva de apenas quatro alunos. Desses quatro, um aluno participou de apenas uma aula; um aluno participou de duas aulas; um aluno participou de três aulas; e um aluno participou das quatro aulas propostas. A turma D, dos 15 alunos incluídos na plataforma, seis participaram de pelo menos uma aula. Desses seis alunos, um participou apenas de uma aula; um aluno participou de duas aulas; e quatro alunos participaram de três aulas. Nessa turma, nenhum aluno participou das quatro aulas propostas. A turma E, assim como a turma C, possui 18 alunos incluídos na plataforma. Desses 18, quatro participaram de pelo menos uma aula; dois alunos participaram de apenas uma aula; um aluno teve participação satisfatória em apenas uma aula; e apenas um aluno participou das quatro aulas propostas.

Ao analisarmos os números em sua totalidade, o resultado é ainda mais assustador e preocupante. Dos 51 alunos matriculados nas turmas de 1º ano da escola-campo, devidamente incluídos na plataforma, apenas dois participaram de todas as aulas de Educação Física propostas; cinco alunos participaram de três aulas; dois alunos participaram de duas aulas; e cinco alunos participaram de apenas uma aula.

Considerações Finais

Temos total consciência de que essa experiência docente com a “Catira Digital” só foi possível devido os residentes já possuírem, previamente, domínio suficiente das novas tecnologias digitais, sendo capazes de realizar edição de imagem e vídeo, além do fato de que um dos professores é músico e tocador de viola caipira. Precisamos enfatizar que nem a escola-campo, nem a Universidade, nem o Programa de Residência Pedagógica, ofereceram auxílio e formação necessária para os professores, relacionado ao uso das novas tecnologias, cabendo aos próprios residentes, preceptores e docente orientadora se mobilizarem e criarem, coletivamente, estratégias para acompanhar as mudanças frequentes nesse sistema remoto de ensino.





Ao analisar o perfil da comunidade escolar, elencamos, juntamente com os professores e colegas da RP, possíveis fatores que podem ser a causa desses números: a falta de equipamentos tecnológicos que possibilitam o acesso às aulas; a prioridade dada as outras disciplinas, ao invés da Educação Física; e a necessidade da criança ser assessorada por um adulto para realizar o acesso na plataforma, uma vez que esses continuam trabalhando normalmente durante a pandemia.

Por trabalharmos com a Catira, dança que em suas origens - assim como a Quadrilha Junina e várias outras manifestações populares – manteve relação com o processo de catequização (catolicismo), durante as intervenções recebemos alguns vídeos, gravados pelas crianças, mas sob orientações de seus familiares, nos dizendo que não poderiam participar das aulas e realizar as atividades propostas pois “eram da igreja”. Ao apresentarmos essas falas ao professor preceptor, fomos informados que mesmo antes do ensino remoto, era comuns que os pais fossem à escola fazer reclamações sobre temas que, para eles, não poderiam ser apresentados para seus filhos. Como retorno à essas falas, buscamos apresentar a importância e a necessidade dos alunos conhecerem e vivenciarem todas as possibilidades relacionadas à Cultura Corporal, explicando que não havia nenhuma doutrinação religiosa, e que o intuito era o conhecimento histórico daquilo que foi construído e transformado pela humanidade ao longo do tempo.

Enquanto residentes acreditamos que o estágio seja muito mais que um espaço de simples vivência de docência, é um espaço único de estudo, pesquisa, planejamento, discussão e problematização (CARDOSO *et al.*, 2020). A possibilidade de estar no “chão da escola” (mesmo que virtualmente) e no “chão da academia” possibilita a pesquisa por transformação. E para isso, foi de suma importância o papel da docente orientadora e dos demais colegas residentes que, nos encontros, partilham suas experiências, frustrações e soluções.

Apresentamos, também, que as dificuldades encontradas pelos professores, bem como a baixa participação dos alunos nas aulas, não podem servir como fundamentação para o retorno das aulas presenciais sem que haja a vacinação de todos os envolvidos nas atividades: dos professores e funcionários escolares, às famílias e alunos, ou seja: toda a população brasileira. Portanto, essa experiência evidencia que no





ensino remoto, a maioria dos alunos não aprendeu os conteúdos específicos da disciplina de Educação Física, revelando possíveis lacunas e desafios a serem superados no pós-pandemia. Por outro lado, essa experiência também demonstrou que precisamos lutar para que a Educação, em qualquer local que esta aconteça, possibilite a formação de pessoas críticas, capazes de transformar o mundo.

Referências

BARBOSA, I. G.; SILVEIRA, T. A. T. M.; SOARES, M. A. A BNCC da Educação Infantil e suas contradições: regulação versus autonomia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CARDOSO, G. G. B. *et al.* Esportes de raquete: uma possibilidade de intervenção para as aulas de Educação Física na Educação Infantil. **Praxia: Revista on-line de Educação Física da UEG**, v. 2, 2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 2012.

EHRENBERG, M. C.; FERNANDES, R. C.; BRATIFISCHE, S. A. (Orgs.). **Dança e educação física: diálogos possíveis**. 1. Ed. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.

FRANCO, N.; FERREIRA, N. V. C. Evolução da dança no contexto histórico: aproximações iniciais com o tema. **Repertório**, Salvador, nº 26, p. 266–272, 2016.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás – Ampliado**. 2019.

OLIVEIRA, J. A. P. **Módulo 26: Arte e cultura popular**. Brasília, 2011.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na Pandemia: a falácia do “ensino” remoto. In: **ANDES-SN**. Universidade e Sociedade 67. Ano XXXI, nº 67, Jan. 2021.

SENADOR CANEDO. **Currículo Norteador das Práticas Educacionais do Município de Senador Canedo**. 2019.

